

RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1410

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de História, grau acadêmico Bacharelado, modalidade presencial, da Faculdade de História, Regional Goiânia, para os alunos ingressos a partir de 2015.

O VICE-REITOR, NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, AD REFERENDUM DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta do processo nº 23070.004149/2014-43 e considerando:

- a) a Lei de Diretrizes e Base LDB (Lei 9.394/96);
- b) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História;
- c) a Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007;
- d) o Regimento e o Estatuto da UFG;
- e) o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de História, grau acadêmico Bacharelado, modalidade presencial, da Faculdade de História – FH da Universidade Federal de Goiás, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2015, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Goiânia, 10 de agosto de 2016

Prof. Manoel Rodrigues Chaves
- Vice-Reitor no exercício da reitoria -

ANEXO À RESOLUÇÃO – CEPEC Nº 1410

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - BACHARELADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Reitor: Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral **Vice-Reitor:** Prof. Manoel Rodrigues Chaves

FACULDADE DE HISTÓRIA

Diretor:

Prof. Noé Freire Sandes

Vice-Diretora:

Profa. Ana Lúcia Oliveira Vilela

Coordenador do Curso de História - Bacharelado:

Prof. Ulisses do Valle

Coordenador Administrativo da Faculdade de História

Gustavo Antônio Pereira Júnior

Goiânia 2015/2016

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO PROJETO	4
2	HISTÓRICO DO CURSO	4
3	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	10
4 4.1 4.2	OBJETIVOS Objetivos Gerais Objetivos Específicos	14
5 5.1 5.2 5.3 5.4	PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL Articulação Entre Teoria e Prática na Formação Docente	14 14 15
6 6.1 6.2 6.3	EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL Perfil do Curso	15
7 7.1 7.2 7.3 7.4 7.5 7.6	ESTRUTURA CURRICULAR	16 17 17 28
8	ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO	
9 10 11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	32
12	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	
13	POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.	
14 15	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
15 16	REFERÊNCIAS	

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Área de Conhecimento:

Ciências Humanas/História

Modalidade

Presencial

Curso

História

Grau Acadêmico:

Bacharelado

Título:

Bacharel

Unidade Responsável pelo Curso:

Faculdade de História

Carga Horária do Curso:

2406 (duas mil, quatrocentas e seis horas)

Turno de Funcionamento (para Curso Presencial):

Predominantemente matutino e predominantemente noturno. (O mesmo projeto pedagógico se aplica aos dois turnos)

Número de Vagas:

55 vagas. Matutino: 25 vagas. Noturno: 30 vagas

Duração do Curso:

- 6 semestres duração mínima;
- 7 semestres duração média;
- 14 semestres duração máxima.

Formas de Ingresso:

- Sistema Unificado de Seleção (ENEM/SiSU);
- Transferência Facultativa;
- Transferência ex-officio;
- Portador de Diploma de Graduação;
- Convênios ou Acordos Culturais;
- Matrícula Cortesia (diplomática) normatizada pela legislação específica ou edital.

2 HISTÓRICO DO CURSO

O curso de História teve sua origem no Centro de Estudos Brasileiros, instalado pela Resolução CFE/MEC n. 12, de 1962. Esse Centro foi idealizado na "Semana de Planejamento", realizada pela Universidade Federal de Goiás, por sugestão de Darcy Ribeiro e Agostinho Silva, respectivamente, Reitor e professor da Universidade de Brasília, naquela ocasião. O Centro de Estudos Brasileiros reuniu intelectuais de renome e abriu espaço para a estruturação de uma área de conhecimento, direcionada para os estudos regionais, inicialmente com um curso de Introdução aos Estudos Goianos. (UFG 40 anos: Memória e Vida).

Em 1964, com a instalação do regime militar, o Centro de Estudos Brasileiros foi extinto, por intermédio da Portaria MEC n° 274, de 03 de dezembro daquele ano, ocorrendo uma adequação das disciplinas ministradas, no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade. Em 1965, foram criados os cursos de História e Geografia, quando foi aprovado o Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG, por meio do parecer n° 508, de 15 de junho (*Documenta 38, junho-1965, CFE/MEC, p. 45*). O curso de História foi reconhecido por meio do Decreto n. 63636, de 19 de novembro de 1968, conforme solicitação do Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz. (*DO 25/11/1968, p. 10217; Documenta 94, novembro-1968, CFE/MEC, p. 141*).

Com a Reforma Universitária, houve um plano de reestruturação da universidade brasileira, idealizado a partir do acordo MEC/USAID, deflagrado pelas Leis n° 5540, de 28 de novembro de 1968, e n° 5692, de 1971, e pelo Decreto n° 63817, de 16 de dezembro de 1968. Foi extinto o sistema de cátedras (Decreto n° 53), ocorrendo o desmembramento das unidades existentes em Institutos e Faculdades, com funções diferenciadas, e a centralização de matrículas e de inscrições aos vestibulares, que anteriormente eram feitas nas diversas unidades.

Nesse mesmo processo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada, dando origem ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), ao Instituto de Química e Geociências e à Faculdade de Educação. O curso de História foi vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras. No contexto da Reforma Universitária, a Universidade Federal de Goiás adotou, entre os anos de 1969 e 1984, o sistema de créditos, em regime semestral, substituindo o regime seriado, em vigor até então.

No início dos anos 1980, houve uma série de discussões, no interior da Universidade, questionando as implicações da Reforma Universitária na formação dos alunos. Em 11 de junho de 1982, designada pela Portaria nº 525 para "avaliar o regime de créditos da UFG e propor possíveis reformulações" (Relatório da Comissão designada pela Portaria 00425 - O Ensino de Graduação - Contribuições para o Debate. Goiânia, 1996, p.7), uma comissão apresentou um relatório que apontava a desvantagem do sistema de créditos para a vida universitária.

Em função desses debates e a partir da realização do I Simpósio de Graduação, em 1983, foi implantado, em 1984, o regime seriado, em substituição ao de créditos. Nesse sistema, foram introduzidas algumas mudanças em relação ao regime seriado, existente antes da Reforma de 1968. Tal implantação embasou-se em princípios e critérios definidos pelo referido Simpósio e normatizados pela Resolução CCEP 184/83, enfatizando que "a opção pelo regime seriado justificou-se pela urgência em se resgatar a unidade do curso, organizando as disciplinas em torno de um eixo epistemológico que possibilitasse traçar, com maior clareza, o perfil do profissional, garantindo-lhe uma formação básica". (A discussão da Licenciatura na UFG - Breve Histórico. Caderno nº 1 do Fórum de Licenciatura, 1993 p. 10). Por ocasião dessa reformulação, o Departamento de História implantou um novo currículo para o curso de graduação, a partir da Resolução CCEP 219/84, de 03/02/ 1984. O currículo da licenciatura propunha-se formar professores para a escola de 1º e 2º graus, ao passo que o currículo do bacharelado destinava-se à formação de pesquisadores na área (Parecer 377/62, de 19/12/1962).

O novo currículo fixava a duração de quatro anos para o curso. Apesar das habilitações de Licenciatura e Bacharelado estarem separadas, o artigo 6° previa que poderiam ser cursadas simultaneamente. O currículo da licenciatura compreendia as disciplinas do currículo mínimo (Parecer 377/62, de 19/12/1962), as disciplinas e atividades complementares e as disciplinas pedagógicas (Resolução de 09, de 10/10/69), com carga horária total de 2788 (duas mil, setecentas e oitenta e oito) horas. A elaboração da monografia seria orientada por um professor e examinada por uma banca constituída por dois professores do departamento.

O currículo continha ainda as seguintes propostas: a integração de todas as disciplinas de um mesmo ano letivo; a obrigatoriedade de trabalho conjunto de todos os professores das disciplinas de um mesmo ano letivo; a introdução da pesquisa histórica no

curso; a prioridade, em termos de carga horária, para a época contemporânea, com ênfase no curso de História Regional; a introdução das atividades complementares, com 100 (cem) horas de duração. Desta forma, por meio de atividades variadas — cursos, seminários, pesquisas, visitas aos arquivos e às escolas, estudos dirigidos — buscava-se complementar a formação do aluno de História, colocando-o em contato com questões não contempladas diretamente pelo currículo.

Em 6 de novembro de 1990, com a Resolução CCEP 309/90, o curso de História passou a destinar-se à formação de professores de matérias específicas da área e afins, para as escolas de 1 ° e 2° graus, e de pesquisadores em História, oferecendo simultaneamente os graus de Licenciatura e Bacharelado. A elaboração da monografia final passou a ser obrigatória para todos os alunos e sua defesa seria realizada por uma banca composta de docentes do Departamento. O currículo pleno do curso compreendia as disciplinas do currículo mínimo, as disciplinas e atividades complementares e as disciplinas pedagógicas, num total de 3044 (três mil e quarenta e quatro) horas. A conclusão do curso dar-se-ia em cinco anos; entretanto, revogou-se o artigo 6° da Resolução anterior, que possibilitava cursar simultaneamente o 4° e o 5° anos, desde que em turnos alternados.

De acordo com a Portaria n° 3435, de 04 de dezembro de 1996, com a reestruturação acadêmica e administrativa da UFG, os três Institutos básicos – Instituto de Matemática e Física, Instituto de Ciências Humanas e Letras e Instituto de Química e Geociências – foram desmembrados em oito unidades acadêmicas. Foi criada, então, a Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF) que abrigava os cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia. A Resolução CCEP 395/95, de 12 de dezembro de 1995, fixou novo currículo para o curso de História, que passou a normatizar a vida acadêmica dos alunos que ingressaram a partir de 1996. Anteriormente a essa resolução, já existia uma proposta curricular para substituir a Resolução CCEP 309/90.

Desde 2002, assistiu-se à expansão na oferta de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES), que contaram com o Plano de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Aprovado pelo Decreto Presidencial, n. 6096, o REUNI pretendia, além de expandir as vagas nas IFES, criar condições para a democratização do ensino superior, buscando meios para manter os discentes na universidade. Em 2008, segundo o Reitor da UFG Edward Madureira Brasil, a proposta aprovada pelo MEC previa a criação de "29 cursos novos, além de novas turmas e novas vagas nos cursos existentes". Tinha-se como meta "criar cerca de 2,5 mil vagas, em 2009, e mais de 11 mil novas matrículas, nos próximos cinco anos" (*BRASIL, apud. DUTRA, 2012, s/p*). Para a realização do REUNI, foram planejados investimentos em infraestrutura e equipamentos, além de verbas para contratações por meio de concurso público.

No contexto de expansão e democratização das IFES, o Departamento de História, então sob a chefia da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, encaminhou para o Diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), Professor Dr. Noé Freire Sandes, a proposta de projeto pedagógico a ser executada a partir do ano de 2005 (*Encaminhamento, 17 de dezembro de 2003, fl 02, PPC*). Em discussão, desde 2003, a proposta encaminhada foi redigida por uma comissão eleita pelo colegiado do Departamento de História. Compunham a comissão os seguintes professores: Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Presidente), Ana Teresa Marques Gonçalves, Élio Cantalício Serpa, Eugênio Rezende de Carvalho, Heliane Prudente Nunes e Libertad Borges Bittencourt. Naquela circunstância, os fundamentos do projeto pedagógico obedeceram ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – e em decorrentes alterações; bem como nas Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Estatuto e Regimento e no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (RGCG).

Segundo parecer, assinado pelos conselheiros Ofir Bergemann de Aguiar e Juarez Patrício de Oliveira Júnior, e aprovado na Câmara da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o projeto apresentava uma proposta em que o curso de História seria ofertado em distinto grau acadêmico: Bacharelado, para o noturno, e Licenciatura, para o matutino, tendo o primeiro uma carga horária de 2.120 (duas mil, cento e vinte) horas e, o segundo uma carga horária de 2840 (duas mil, oitocentas e quarenta) horas. Acompanhando a exposição dos itens do projeto aprovado em 2004, tem-se que os princípios que o fundamentaram são incorporados e ampliados por este projeto que ora se apresenta. Assim, ao tratar dos princípios norteadores para a formação do profissional em história, destacavam-se: a articulação entre teoria e prática, na formação docente; a interdisciplinaridade, a formação ética e a função social do profissional.

Analisando a estrutura curricular do projeto pedagógico do curso de História, aprovado em 2004 e ainda em vigor, observa-se a organização das disciplinas em semestres letivos (sistema de créditos), divididas em Núcleo Comum (NC), Núcleo Específico (NE) e Núcleo Livre (NL). As disciplinas do Núcleo Comum, tal como o nome indica, são obrigatórias para a Licenciatura e para o Bacharelado, não havendo pré-requisitos para sua realização. O Núcleo Específico (NE), com carga horária de 448 (quatrocentas e quarenta e oito) horas, para o Bacharelado e 976 (novecentas e setenta e seis) horas para a Licenciatura, estabelece uma distinção. Tal como o nome também indica, essa distinção não se encontra apenas na carga horária, mas no conteúdo, assim: as sete disciplinas (dentre as dezessete ofertadas) obrigatórias para o Bacharelado voltam-se para temas de pesquisa em História, ao passo que as cinco disciplinas obrigatórias da Licenciatura se dedicam à Prática de Ensino, à Psicologia da Educação I e II, a Políticas Educacionais no Brasil e aos Fundamentos Filosóficos e Sócio-Históricos da Educação. O Núcleo Livre (NL), tanto para a Licenciatura (trezentas e oitenta e quatro horas), quanto para o Bacharelado (cento e noventa e duas horas), é composto por disciplinas a serem escolhidas pelo aluno, dentre as ofertadas pela Universidade, na categoria assim denominada. Além dessas, o aluno da Licenciatura deve cumprir 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado.

Por fim tanto para a licenciatura como para o bacharelado há a exigência de integralização de 200 (duzentas) horas em atividades complementares. Embora o projeto pedagógico que regulamentou as atividades no curso de História da UFG, por quase uma década (considerando-se a execução do presente projeto pedagógico para 2015), tenha cumprido eficazmente as exigências de sua época, um novo cenário trouxe para o Colegiado do curso de História a premência de rediscutir sua matriz curricular. Em 2009, a FCHF desmembrou-se, dando origem a três faculdades, dentre elas, a Faculdade de História (FH). Se o projeto pedagógico, proposto em 2003 e executado a partir de 2005, assistiu à emergência do REUNI, o projeto pedagógico que agora se apresenta lida com as transformações – muitas delas já consolidadas – que esse plano trouxe para as IFES. Com certeza, o ensino superior democratizou-se, ampliando vagas e buscando meios para efetivação de uma política voltada à manutenção do aluno na universidade, prevenindo-se quanto à evasão (e aos inúmeros problemas que a causam e dela também decorrem). Contudo, exatamente desse processo de democratização advieram algumas demandas, que resultaram na discussão que conduziu a este projeto pedagógico, proposto para entrar em vigor a partir de 2015. As seguintes demandas permearam o debate que se desenrolou no âmbito do Conselho Diretor da Faculdade de História: 1) considerando o perfil dos alunos que acorreram ao curso de História, no interstício de 2004 a 2013, tornava-se imperativo definir e fixar uma estrutura curricular que, ao mesmo tempo, oferecesse uma formação básica e sólida. O objetivo associado a essa demanda é o de formar discentes que chegam à universidade com dificuldades que escapam, inclusive, ao conhecimento histórico; 2) considerando o crescimento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), tornava-se fundamental o estabelecimento de relações mais próximas entre o PPGH e a Graduação.

A consolidação da Pós-Graduação, com a criação do Doutorado em História, conta, dentre outros, com a participação de egressos do curso de História da UFG, muitos desses alunos trazem a experiência de pesquisa adquirida no âmbito do PIBIC; 3) considerando a necessidade de atender, simultaneamente, a uma perspectiva integrada e interdisciplinar, a matriz curricular cuidou do aprofundamento e verticalização dos conhecimentos históricos, fazendo retornar, inclusive, as disciplinas ofertadas por outros cursos (Ciências Sociais, dentre eles) e as que dialogam com outras áreas de conhecimento específicas e afins (o caso de História da Arte); 4) considerando as dificuldades dos alunos da Licenciatura e do Bacharelado de acessarem disciplinas do curso em horários outros que não os definidos pelo projeto pedagógico em vigor, a compreensão de que era imprescindível a oferta de licenciatura e bacharelado, nos dois turnos. Essas demandas nortearam a elaboração da matriz curricular deste projeto pedagógico e constam na exposição de motivos, que se segue a este item, de forma mais detalhada.

Finalmente, a Educação a distância da FH possui conexão direta com o seu Programa de Extensão na modalidade a distância, voltado para os cursos de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Etnicorraciais e Educação Quilombola, em parceria com o CIAR/UFG/SECADI e com todo um trabalho que está a ser desenvolvido na forma de exposições, cursos e palestras ministrados no seu âmbito, visando criar uma cultura de Educação para as Relações Etnicorraciais, Diversidade e prática dos Direitos Humanos.

A área de Educação para as Relações Etnicorraciais constitui-se atualmente um dos principais campos de reflexão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Boa parte dos cursos de formação continuada de professores, oferecidos nos programas de extensão das Universidades brasileiras está ligada a essa área, bem como as políticas públicas desenvolvidas pela Universidade Federal de Goiás e Faculdade de História. Desde 2011, a FH atendeu a essa demanda com cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com 180 h em EaD. A partir dessa consideração, a Faculdade de História elaborou um projeto de especialização com o objetivo de aprofundar o processo de formação dos graduandos em Ciências Humanas, visando à formação de futuros pesquisadores que poderão ingressar mais amadurecidos, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História. A Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás já possui uma trajetória marcada pelo firme propósito de criar, em nosso Estado, uma cultura de valorização dos direitos dos afrodescendentes, dos indígenas e minorias.

No inicio de 1999, a FH, então FCHF, em conjunto com o CEPAE – Centro de Pesquisa Aplicada à Educação, e por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), elaborou o primeiro projeto de pesquisa e extensão sobre "O Ensino de África e afrodescendentes". Dessa iniciativa, ofertamos um curso de aperfeiçoamento, para a rede estadual de educação do Estado de Goiás, bem como, conseguimos inúmeras bolsas de licenciatura e de extensão para os discentes que participaram do referido curso.Em 2000, com os colegas do CEPAE, do IESA, da FE e FD, participamos da criação do Núcleo de Estudos Africanos e Afro descendentes/NEAAD/UFG. Ademais, em conjunto com a Fundação Ford, concorremos ao edital que mantinha os alunos afrodescendentes com bolsas de pesquisas como uma forma de inclusão na Universidade.

Entre outras ações de ensino, extensão e pesquisa, realizadas pela FH/UFG, cabe destacar que, em 2009 (edital da SECADI), ofertamos o curso de aperfeiçoamento Educação para as Relações Etnicorraciais 180 h - modalidade à distância - atendendo à demanda social do estado de Goiás, com 840 inscritos para 250 vagas ofertadas. Para a segunda oferta, proposta em 2011, somente para professores da rede pública de ensino, tivemos 560 inscritos para 250 vagas; e, em 2012, demos início ao primeiro curso semipresencial em AVA sobre Educação Quilombola, ofertado em 05 polos aprovados pela CAPES, para atender a 22 áreas de remanescentes quilombolas já certificadas.

Encaramos todo esse processo e ações como a reafirmação do princípio constitucional de que a educação é um direito humano fundamental e atua como mecanismo de transmissão e reprodução do conhecimento na socialização de práticas e informação sobre as questões tratadas pelos temas do racismo, da discriminação, da intolerância e da diversidade. Seu eixo fundador baseia-se na garantia dos direitos fundamentais e na dignidade humana, condições essenciais para o enfrentamento das desigualdades.

As indicações mais recentes, voltadas a essa temática na Educação Básica, podem ser localizadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), divulgados em 1998, sobretudo, no capítulo relacionado à "Pluralidade Cultural", onde são apresentadas orientações para que as escolas voltem o seu olhar para as questões étnico-raciais.

A idéia de um Brasil sem diferenças – formado originalmente pelas três raças, o índio, o branco e o negro, que se dissolveram dando origem ao brasileiro – tem sido difundida nos livros didáticos, neutralizando as diferenças culturais e, às vezes, subordinando uma cultura à outra. Divulgou-se, então, uma concepção de cultura uniforme, depreciando as diversas contribuições que compuseram e compõem a identidade nacional.

Assim, a orientação no sentido de respeitar a diversidade cultural brasileira ocorre junto com a introdução de novas concepções de ensino-aprendizagem que identificam o conhecimento como decorrente de um processo de construção, modificação e de reorganização de informações que são utilizadas pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos escolares.

Estas considerações levam em conta que o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem significativo deve partir do conjunto de conhecimentos já elaborados pelos alunos, resultantes de suas experiências sociais e culturais, o que nos leva a supor que o desprezo à diversidade etnocultural, frequentemente, associa-se ao preconceito e à discriminação que atingem as escolas e se reproduzem no seu interior.

Os temas ligados a Pluralidade Cultural, assim como os PCNs, tiveram uma aplicação bastante limitada. Os professores reclamavam, e ainda reclamam, da ausência de suporte adequado à prática dos novos temas e dos métodos propostos. A necessidade de uma ação mais consistente para o enfrentamento da questão da diversidade cultural, presente na nossa sociedade, levou à discussão e à aprovação da lei 10.639, de 2003. A Lei Federal n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, sancionada pelo Presidente da República, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, alterou a Lei n. 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 20/12/1996) e incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Trata-se de uma nova redação para o artigo 26-A, que institui:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

A edição dessa lei nada mais foi que uma reafirmação da urgência em se discutir a diversidade cultural e as relações etnicorraciais. Assim, o Ministério da Educação tem orientado suas políticas públicas para perceber e incluir os grupos historicamente apartados, buscando a promoção dos direitos humanos e o reconhecimento dos diversos saberes das diferentes populações.

A proposta do curso de especialização em Historia e Cultura Afro-Brasileira visa promover o debate sobre a educação como um direito fundamental, que precisa ser garantido a todos e todas, sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e orientação afetivo-sexual.

A formação e a qualificação de professores para a percepção, valorização e inserção dos temas da diversidade têm como uma de suas atribuições promover no cotidiano da prática pedagógica, temas de especial interesse para essa perspectiva, tais como: os direitos humanos, a educação ambiental, a diversidade étnico-racial e as demandas específicas de indígenas, afro-brasileiros, pessoas com necessidades especiais, questões de gênero e de orientação afetivo-sexual.

Esses professores e profissionais da educação têm como principal desafio contribuir para, na prática, garantir-se a efetividade do direito à educação a todos e a cada um dos brasileiros, estabelecendo e compartilhando mecanismos do Manual Operacional da Rede de Educação para a Diversidade, participação e controle social que assegurem aos grupos historicamente desfavorecidos condições para sua emancipação e afirmação cidadã. O curso de especialização semipresencial, objeto dessa proposta, envolve 412 horas de formação, distribuídas em módulos que abrangem um largo espectro de temas da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e visa a especializar professores e outros profissionais da educação da rede de ensino de educação básica, para a promoção e compreensão da educação como direito fundamental e estratégia para a promoção do desenvolvimento humano das diversas populações, bem como para o enfrentamento da discriminação e do preconceito. O curso propõe ainda projeto de intervenção para a discussão e compartilhamento de informações e aprendizagem sobre práticas pedagógicas interdisciplinares e inclusivas na escola.

3 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto Pedagógico trata do curso presencial de bacharelado em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, relacionado à área de conhecimento das ciências humanas, a ser implantado a partir do ano letivo de 2015. A filosofia do curso, que orientou a elaboração de sua matriz curricular, fundamentou-se nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), adequadas pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (RGCG/Resolução CEPEC 1122); na Lei n. 11.645, promulgada em 10 de março de 2008, que estabeleceu a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino (fundamental e médio), a obrigatoriedade da temática Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

O funcionamento do curso se dará predominantemente nos turnos matutino e noturno, contando com a carga horária de 2406 (duas mil, quatrocentos e seis) horas para o Bacharelado, conforme se depreenderá da análise da matriz, apresentada em campo específico. Para a execução da carga horária exigida, o curso terá duração de 7 (sete) semestres para o Bacharelado. Distintamente do projeto pedagógico anterior, que oferecia a licenciatura no matutino e o bacharelado no noturno, pretende-se oferecer os dois cursos, nos dois turnos. Assim, teríamos para o Bacharelado, 55 (cinquenta e cinco) vagas ao todo, divididas em 25 (vinte e cinco) vagas para o matutino e 30 (trinta) vagas para o noturno.

Para a ocupação das vagas mencionadas, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), em seu capítulo II – Seção I, a entrada na UFG decorre de processo seletivo (vestibular) e sistemas unificados de seleção (dentre eles, atualmente, tem-se o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, regulado pelo Sistema Unificado de Seleção – SiSU). Outras situações possíveis para ingresso, tais como: transferência facultativa, transferência *ex-officio*, portador de diploma de graduação, convênios ou acordos culturais, matrícula-cortesia (diplomática), são normatizadas por legislação específica ou Edital.

A opção pelo oferecimento do curso de licenciatura em História e de bacharelado em História, nos dois turnos (matutino e noturno), adveio de uma demanda amparada no processo de expansão, vivenciado pelas universidades federais. Atualmente, o curso noturno propicia ao o aluno apenas o acesso ao grau de bacharel. Dessa maneira, os discentes do Bacharelado só podem requisitar o acesso às disciplinas de licenciatura, após o término das disciplinas no Bacharelado. O fato de as disciplinas da Licenciatura serem oferecidas nos períodos matutino e vespertino retarda consideravelmente a habilitação dos discentes do noturno como professores de História. Da mesma maneira, os discentes do curso matutino apenas têm acesso à Licenciatura, não se ocupando da escrita de uma monografia, atividade que colaboraria para continuidade de seus estudos acadêmicos no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, que se tem expandido consideravelmente, sedimentando positivamente todos os seus índices (relativos à entrada, à formação, à produção, ao contato nacional e internacional, dentre outros). Certamente, tais constatações – unidas à demanda dos discentes pela oferta da licenciatura e do bacharelado em dois turnos - tornaram-se preocupação constante, a ponto de formalizarem o princípio mais relevante deste projeto pedagógico, qual seja: aprofundar a função social da universidade pública, contribuindo para democratizar o acesso de parte significativa da população estudantil à formação acadêmica e ao exercício profissional em História. Valendo-se desse princípio, advoga-se e justifica-se a oferta da licenciatura e do bacharelado nos turnos matutino e noturno. Considerou-se, ainda: a indissociabilidade entre ensino e pesquisa tanto na licenciatura quanto no bacharelado; o necessário vínculo entre teoria e prática, na formação docente; a valorização da função social do historiador e do professor e a ênfase no caráter interdisciplinar do profissional de história.

A presente proposta de reforma do projeto pedagógico do curso de Graduação em História da UFG tem por eixos estruturantes: o cumprimento da função social da universidade pública brasileira; a qualificação intelectual e profissional do graduado em História e o aperfeiçoamento da integração entre ensino, pesquisa e extensão. O primeiro eixo estruturante da proposta vincula-se à demanda pela consolidação do curso de graduação em História, no horário noturno, e pela oferta dos cursos de licenciatura e bacharelado, nos dois turnos. Criado em 1999, desde então, o turno noturno contempla apenas o grau acadêmico de bacharelado, ao passo que, ao turno matutino, cabe o grau acadêmico de licenciatura. Adotado para viabilizar a criação do curso noturno e para responder às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG, à época da última reformulação curricular, ocorrida em 2005, o formato que separa a licenciatura do bacharelado em turnos mostra-se inadequado para novas circunstâncias de que se acerca a universidade brasileira. Isso se revela em função do processo de expansão das redes pública e privada de ensino, vivenciado nos últimos anos, e da forte demanda dos alunos do curso noturno pela habilitação em licenciatura.

Composto, em sua maioria, por alunos que trabalham durante o dia, o quadro discente do turno noturno só pode acessar a licenciatura, cujas disciplinas são ofertadas nos períodos matutino e vespertino, após concluir as disciplinas do bacharelado, o que retarda consideravelmente a habilitação do aluno do noturno como professor de História. Acrescente-se que muitos alunos sequer cogitam a possibilidade de solicitar a complementação; afinal, o trabalho, que já faz parte da vida desses discentes, é um impeditivo. Dessa maneira, se a demanda por complementação é restrita, isso não está associado à falta de interesse, mas sim à impossibilidade de viabilizar a complementação, nos moldes definidos pelo Projeto Pedagógico então vigente.

Diante disso, há concordância quanto ao fato de que o formato atual dificulta enormemente a formação em licenciatura aos alunos que não podem cursar História, no matutino, por motivo de trabalho, tendo esses que optar pelo bacharelado, mesmo quando tal opção não é a de sua preferência. Demais, a separação por turno restringe as perspectivas de exercício profissional, na medida em que o mercado de trabalho para o historiador em Goiás, e mesmo em Goiânia, é basicamente voltado para a atividade de ensino. Deste modo, o aluno trabalhador que deseja licenciar-se em História, e assim exercer de forma mais segura uma atividade profissional na área, acaba tendo que buscar os cursos de licenciatura em História oferecidos pelas instituições privadas de ensino superior, assumindo custos financeiros consideráveis.

Da mesma maneira, o formato atual limita as opções do aluno do turno matutino, para quem é oferecida apenas a licenciatura, também retardando seu acesso ao bacharelado e obrigando-o a acompanhar disciplinas oferecidas predominantemente à noite. Considerando-se o contexto favorável à profissão de historiador, cuja marca é a sua recente regulamentação, compreende-se que é um contrassenso manter um curso de História em que a separação entre a licenciatura e o bacharelado por turnos implique dificuldades à complementação. Além disso, a perspectiva de integração entre a produção e a transmissão do conhecimento tem pautado não só o mercado de trabalho, mas os desenvolvimentos mais recentes da ciência histórica. Refletindo dessa forma, conclui-se que alunos do matutino e do noturno têm perdas (diferentes, mas consideráveis) em face à matriz atual do curso de História. Assim, ao oferecer a opção pela licenciatura e pelo bacharelado, nos turnos matutino e noturno, a nova proposta curricular pretende aprofundar a função social da universidade pública, contribuindo para democratizar o acesso de parte significativa da população estudantil à formação acadêmica e ao exercício profissional em História.

O segundo eixo estruturante da proposta de reforma do projeto pedagógico de curso da Faculdade de História da UFG apresenta-se no propósito de conferir, ao curso de Graduação, o caráter de formação básica, capaz de possibilitar ao aluno uma visão abrangente e completa dos conteúdos, correntes metodológicas e temáticas de pesquisa relacionadas à História, capacitando-o não só a exercer suas atividades profissionais, mas a estabelecer as bases para o aprofundamento da perspectiva de pesquisa na pós-graduação, *locus* para a especialização e a verticalização. Assim, o núcleo comum busca oferecer ao aluno os conteúdos fundamentais da ciência histórica, inclusive aqueles relacionados à compreensão histórica da realidade regional e às demandas por educação e produção cultural, oriundas dos movimentos sociais, entidades culturais e movimentos étnicos diversos, conferindo ao aluno formação intelectual crítica, reflexiva e humanista.

A despeito de considerar a Pós-Graduação o locus da verticalização temática, compreende-se a relevância em aproximar a Graduação desse nível formativo, ou, ainda mais, em preparar bem os discentes para o caso de atender ao seu possível interesse em dar prosseguimento aos estudos acadêmicos. Por esse motivo, esta proposta visa também complementar a formação básica por meio do núcleo livre que, combinado com o núcleo comum, oferece a oportunidade de aprofundamento e verticalização do estudo e da pesquisa de temas e problemas específicos, numa clara interlocução com os cursos de Pós-Graduação e com os núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa ligados à Faculdade de História, o que se constitui uma novidade em relação ao currículo anterior. A mesma perspectiva apresenta-se ao núcleo específico, qual seja: sua atribuição tradicional de oferecer as habilidades próprias de cada grau de ensino, somada à perspectiva integrada e interdisciplinar, presente em diversas disciplinas da nova proposta, que contemplam a participação conjunta de licenciandos e bacharelandos. Com essa perspectiva, pretende-se contribuir com a demanda social expressa no processo de expansão do ensino público ocorrido na última década, especialmente nos níveis fundamental e médio, formando profissionais capazes de articular a docência com a pesquisa e a produção historiográfica.

A mencionada relação com a Pós-Graduação integra o terceiro eixo estruturante da proposta, que busca atender à qualificação integral e continuada dos alunos. O Programa de Pós-Graduação em História (*Stricto Sensu*) conta com o mestrado em 1972, e com o doutorado desde 2004, o que confere, às suas quatro linhas de pesquisa, capacidade para ampliar e aprofundar o trabalho de pesquisa em termos teóricos e conceituais, bem como para consolidar sua produção historiográfica em articulação à Graduação e à Especialização.

Em 2013, o PPGH conquistou novo patamar de avaliação em 2013, obtendo nota 05 na avaliação da Capes. Dos 32 (trinta e dois) professores que compõem o corpo docente da Graduação, 26 (vinte e seis) atuam no Programa de Pós-Graduação – os 05 (cinco) professores que atuam exclusivamente na Graduação já manifestaram seu interesse em se credenciar, mas aguardam o enquadramento aos critérios de credenciamento da Resolução Interna, recentemente aprovada. Aproximar Graduação e Pós-Graduação visa atender à integração entre ensino, pesquisa e extensão, um dos pilares da universidade pública brasileira e da própria UFG. Para alcançar esse objetivo, a Faculdade de História ainda conta com recursos humanos, advindos do trabalho desenvolvido em ambiências de pesquisa consolidadas, em que atuam alunos de graduação e pós-graduação.

Atualmente, estão ligados à Faculdade de História: o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea, o Núcleo de Estudos em História Antiga, o Núcleo de Estudos sobre o Índio e o Indigenismo, o Núcleo de Estudos sobre o Patrimônio e Acervos da Saúde, o Núcleo de Pesquisa e Documentação, o Núcleo Goiano de Estudos Urbanos, o Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade, o Núcleo de Usos Públicos da História, o Laboratório de Ensino de História, o Laboratório de Pesquisa em História, o Laboratório de História das Ideias, dos Saberes e da Historiografia, o Laboratório de Informática e o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano. E mais: o Grupo de Estudos Marxismo e História, do Grupo de Estudos de Pesquisas em História e Cinema, do Grupo de Estudos Medievais e Ibéricos, do Grupo de Estudos de História e Imagem.

Por fim, ressalte-se a conexão entre a Graduação e o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Faculdade de História. Do mesmo modo que outras conexões já expostas, essa sustenta a nova proposta de curso. Diante do exposto, conclui-se que o que guiou o trabalho da Comissão e do NDE, até este momento, foi a possibilidade de avançar no processo de interrelação do conhecimento histórico produzido na FH, pensado em duas vias: integração entre os cursos, núcleos, laboratórios e demais projetos da Faculdade de História e, ao mesmo tempo, integração entre os distintos níveis formativos, no âmbito do terceiro grau. Com a nova proposta curricular, espera-se fortalecer a Faculdade de História como referência de formação docente, pesquisa e produção historiográfica para Goiás e para a região Centro-Oeste.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivos Gerais

- a) Preparar o aluno para a inserção cidadã na sociedade, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e cultural do país;
- b) desenvolver a capacidade crítica e reflexiva do aluno, a perspectiva de articulação permanente entre produção e divulgação do conhecimento histórico e a abertura para o aperfeiçoamento contínuo e a aprendizagem autônoma com base em sólida formação teórica, cultural e ética;
- c) capacitar o aluno para o exercício profissional, de modo socialmente responsável e com vistas ao cumprimento da função social do historiador, qual seja, a de contribuir para o aperfeiçoamento da consciência social individual e coletiva em sentido crítico;
- d) atender à demanda social relativa à oferta do bacharelado nos turnos matutino e noturno, e assim contribuir com a formação profissional do jovem trabalhador e com a formação de profissionais nas áreas de pesquisa.

4.2 Objetivos Específicos

- a) preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho de pesquisador;
- b) formação teórica consistente que permita compreender de forma crítica a sociedade e a cultura;
- c) desenvolvimento da pesquisa como meio de produção do conhecimento histórico e intervenção na prática social.

5 PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

5.1 Articulação Entre Teoria e Prática na Formação Docente

Todo processo de formação docente deve integrar a articulação teoria-prática. As experiências de pesquisas históricas, vivenciadas ao longo da formação, possibilitam ao estudante perceber que a prática atualiza e interroga a teoria. A prática de pesquisa se desdobra como diálogo e interlocução com o mundo acadêmico e com a sociedade em geral, não só através da compreensão e reflexão sobre a realidade histórica, mas também do processo de disseminação e enraizamento social do conhecimento produzido, suscitando sempre novos questionamentos, favorecendo a revisão das conclusões iniciais a partir de novas observações e do trabalho com o conhecimento já produzido na área. Desse modo, a prática toma-se o objeto de pesquisa permanente do bacharel em História durante sua formação e sua atuação profissional.

5.2 A interdisciplinaridade

É importante que o futuro bacharel em História saiba dialogar com o conhecimento produzido por outras ciências sociais e/ou humanas, incorporando outros conceitos explicativos da diversidade da experiência humana ao longo do tempo histórico. O diálogo com outras ciências e disciplinas é fundamental para a elaboração de uma interpretação histórica que compreenda a sociedade tanto em sua integralidade, quanto em seus aspectos específicos.

5.3 A Formação Ética e a Função Social do Profissional

A formação do bacharel em História deve pautar-se pelos princípios da especificidade e da interdisciplinaridade do conhecimento, alicerçados numa sólida base humanística, ética e democrática. É importante essa formação para que o futuro bacharel possa desenvolver suas pesquisas e atuar nos espaços de trabalho com responsabilidade e compromisso e senso do conteúdo social do seu trabalho.

5.4 A Prática Profissional

Todo processo de formação docente deve integrar a articulação teoria-prática. As experiências de pesquisas históricas, vivenciadas ao longo da formação, possibilitam ao estudante perceber que a prática atualiza e interroga a teoria. Nessa direção, a pesquisa histórica interroga os processos históricos ao mediar a passagem entre a vivência e a historicização da experiência dos sujeitos sociais. Esse enfoque exige uma constante preocupação com o controle da documentação e a formação teórica. O contato com as fontes em diferentes suportes e o conhecimento dos arquivos é o fundamento da prática de pesquisa em História. O curso está voltado para a formação de pesquisadores que atuarão em instituições de pesquisa e na assessoria de projetos culturais em que a pesquisa histórica se faça necessária.

6 EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

6.1 Perfil do Curso

Na conclusão dos créditos necessários para tomar-se bacharel em História, há a expectativa da formação de um pesquisador em História, que possa trabalhar em órgãos públicos e/ou continuar seus estudos no plano da pós-graduação *lato* e *stricto sensu* no intuito de seguir carreira acadêmica. A meta é formar um profissional que tenha compromisso social e político com a pesquisa e que seja capaz de repensar constantemente sua prática.

6.2 Perfil dos Egressos

Ao final do curso de graduação plena em História, os bacharéis deverão:

- a) compreender a natureza do conhecimento histórico e as práticas essenciais de sua produção e difusão;
- b) dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- c) problematizar a constituição de diferentes relações de tempo e espaço nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos;
- d) desenvolver pesquisas históricas;
- e) dialogar com as outras ciências humanas.

6.3 Habilidades dos Egressos

Ao final do curso, os bacharéis deverão:

- a) dominar os conceitos estruturadores e os conteúdos básicos da história;
- b) dominar as diferentes práticas da pesquisa histórica.

7 ESTRUTURA CURRICULAR

7.1 Matriz Curricular do Curso de História

	UNIDADE	CHSemest.		~		T	D.C. C.
DISCIPLINA	RESPONSÁVEL	Teo.	Prát.	CHT	NÚCLEO	NATUREZA	PCC*
1. História Antiga I	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
2. História Medieval I	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
3. História das Américas I	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
4. História do Brasil I	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
5. Teoria e Metodologia da História	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
6. História Antiga II	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
7. História Medieval II	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
8. História das Américas II	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
9. História do Brasil II	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
10. Teoria e Metodologia da Historia III	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
11. História Moderna I	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
12. História das Américas III	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
13. História Contemporânea I	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	
14. História do Brasil III	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
15. Teoria e metodologia III	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
16. História Moderna II	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
17. História Contemporânea II	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
18. História do Brasil IV	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
19. História de Goiás	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
20. Introdução à Antropologia	FCS	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
21. História da Cultura Afro-Brasileira	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
22. História e Cultura Indígena	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
23. Historiografia Brasileira	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
24. História da Arte	FH	56	8	64	Comum	Obrigatório	8
25. Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica 1	FH	32	32	64	Específico	Obrigatório	32
26. Memória, Identidade e Imaginários Sociais.	FH	64	-	64	Específico	Obrigatório	52
27. Idéias, Saberes e Escritas da (e na) História	FH	64	-		Específico	Obrigatório	-
28. Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica 2	FH	64	-	64	Específico	Obrigatório	-
29. Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História	FH	64	-		Específico	Obrigatório	-
30. Monografia	FH	64	-	64	Específico	Obrigatório	-
31. Poder, Sertão e Identidades	FH	64	-	64	Específico	Obrigatório	-
32. Cultura, Fronteiras e Identidades *PCC = Prática como compon	FH	64	-	64	Específico	Obrigatório	-

^{*}PCC = Prática como componente curricular (quando esta estiver contemplada na CH prática de disciplinas). A PCC é um componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura.

Disciplina Específica Obrigatória

Libras FL 64

DISCIPLINAS DO NÚCLEO LIVRE	CHt	СНр	СН	Natureza
Núcleo livre I	64	-	64 horas	Obrigatório
Núcleo livre II	64	-	64 horas	Obrigatório

7.2 Quadro de Carga Horária

COMPONENTES CURRICULARES	СН	PERCENTUAL
NÚCLEO COMUM (NC)	1536	63,8%
NÚCLEO ESPECÍFICO OBRIGATÓRIO (NEOB)	512	21,2%
NÚCLEO ESPECÍFICO OPTATIVO (NEOP)	-	-
NÚCLEO LIVRE (NL)	128	5,3%
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	230	9,5%
CARGA HORÁRIA TOTAL (CHT)	2406	100%

Disciplina Específica Obrigatória

Libras FL 64horas

7.3 Ementário das Disciplinas com Bibliografias Básica e Complementar

NÚCLEO COMUM

HISTÓRIA ANTIGA 1

Ementa: Grécia Arcaica e Clássica. Cultura Helênica. Atenas e Esparta. A cultura cívica e a pólis. Guerras. Escravidão antiga. Cultura: teatro, filosofia, retórica, história e historiografia.

Bibliografia Básica:

FINLEY, M. I. Grécia primitiva: idade do bronze e idade arcaica. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FINLEY, M. I. Os gregos antigos. Lisboa: Edições Setenta, 2002.

MOSSÉ, Claude. A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo. Lisboa: Setenta, 1989.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. *Ensaio sobre mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

VERNANT, J. P. Mito e religião na Grécia Antiga. Rio de Janeiro: Olympio, 2006.

Bibliografia Complementar:

HINGLEY, Richard. Diversidade e unidade culturais: império e Roma. In. *O imperialismo romano*. Novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 67 a 93.

PETRÔNIO. Satíricon. Trad. Cláudio Aquati. São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp. 41 a 106.

VERNANT, Jean-Pierre. Entre Mito e Política. São Paulo: EDUSP, 2002.

SENNETT, Richard. A imagem obsessiva: lugar e tempo na Roma de Adriano.

Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

HISTÓRIA MEDIEVAL 1

Ementa: Alta Idade Média: séculos V ao X. Fim do Império Romano: cristianismo e migrações germânicas. A formação dos reinos germânicos. Cisma do Ocidente. Formação e consolidação da Igreja. Império Carolíngio.

Bibliografia Básica:

DUBY, Georges. Guerreiros e camponeses (séculos VII-XII). Lisboa: Estampa, 1978.

FRANCO JR., Hilário. A Idade Média: Nascimento do Ocidente. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HEERS, Jacques. Historia Medieval. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1983, 2v.

Bibliografia Complementar:

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. 2. Ed. Lisboa: Edições 70, 2001.

LE GOFF, J. (dir.). O homem medieval. Lisboa: Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC; S. Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GUERRAS, Maria Sonsoles. Os povos bárbaros. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HISTÓRIA DO BRASIL 1

Ementa: O aparelho administrativo do Império colonial português e os mecanismos de controle metropolitano. Trabalho indígena, comércio atlântico de escravos e a escravidão negra. A formação social e interétnica da América Portuguesa. Religião e cultura na América Portuguesa. O controle das normas, domínio metropolitano, administração, fisco e justiça. Interiorização da Colônia. Revoltas e movimentos sociais. Mudanças sociais e cultura na Corte carioca.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ARAUJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. [1933] 19. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.). *Festas*: cultura & sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001, 2vols.

MONTEIRO, John. Negros da terra. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. e Souza, Laura de Mello (Orgs.). História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Bibliografia Complementar:

ARRUDA, Jobson A. O Brasil no comércio colonial, 1796-1808. São Paulo: Ática, 1980.

BOXER, Charles R.A idade do ouro no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

COUTO, Jorge. A construção do Brasil. 2ª ed. Lisboa, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. Inferno Atlântico: demonologia e colonização séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS 1

Ementa: As sociedades indo-americanas antes da conquista europeia. A conquista europeia e seu impacto sobre as sociedades indo-americanas. As Américas durante o período colonial (séculos XVI ao XVIII): estrutura e dinâmica dos sistemas coloniais. Dimensões econômicas políticas e socioculturais. As relações e especificidades das experiências hispano-americana e anglo-saxã. Crise dos sistemas coloniais. Processo de independência política da América anglo-saxã.

Bibliografia Básica:

BETHEL, Leslie. (Org.) *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, Crítica, 1999.

LAS CASAS, Bartolomé de. *O paraíso destruído*. Brevíssimo relato da destruição das Índias. Porto Alegre: LP&M, 1984.

MAHN-LOT, Marianne. A Conquista da América Espanhola. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio: UFRJ, 1992.

PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: UNISC, 1999.

ROMANNO, Ruggiero. Mecanismos da conquista colonial. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel. *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

BERNAND, Carmem; GRUZINSKI, Serge. *História do novo mundo*. Da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550. São Paulo:EDUSP, 1996.

CHAUNU, Pierre. Conquista e exploração dos novos mundos (sec. XVI). São Paulo: EDUSP, 1983.

CORREA, Ana Maria Martinez. A *América Latina de colonização espanhola*. Antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec, 1991.

DONGHI, Túlio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA 1

Ementa: Epistemologia da história. Conhecimento científico e senso comum. A natureza do conhecimento histórico: mediação teórica, requisitos de verdade e objetividade. O processo cognitivo na história: relações entre sujeito e objeto, documento e passado. A subjetividade e os limites da objetividade do conhecimento histórico.

Bibliografia Básica:

PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

HESSEN, Johannes. Teoria do Conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLLINGWOOD, R. G. A ideia de história. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, sd.

RUSEN, J. Razão histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARON, R.Dimensiones de la Conciencia Histórica. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

BURCKHARDT, Jacob. Reflexões sobre a história. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CASSIRER, Ernst. A filosofia do iluminismo. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. In: *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

SCHAFF, Adam. História e Verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

HISTÓRIA ANTIGA 2

Ementa: Roma: Período Arcaico, Principado, República, Império. Problemas e contrastes da helenização. Formação e expansão político-territorial. Cultura na República e no Império. Paganismo e Cristianismo.

Bibliografia Básica:

GIARDINA, A. (Org.). O homem romano. Lisboa: Presença, 1992.

FINLEY, M. I. Política no mundo antigo. Lisboa: Edições Setenta, 1997.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ALFÖLDY, G. História social de Roma. Lisboa: Presença, 1989.

VERNANT, J. P. Entre mito e política. São Paulo: EDUSP, 2002.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, R. As origens de Roma. Lisboa: Verbo, 1967.

COULANGES, F. de. A cidade Antiga. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DUBY, G. (dir.). A civilização Latina. Lisboa: D. Quixote, 1989.

FINLEY, M. I. Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FINLEY, M. I. História Antiga: Testemunhas e Modelos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FUNARI, P. P. A. Cultura popular na Antiguidade Clássica. São Paulo: Contexto, 1989.

GIARDINA, A.(org.). O homem romano. Lisboa: Presença, 1992.

GRIMAL, P. A Civilização Romana. Lisboa: Setenta, 1988.

HISTÓRIA MEDIEVAL 2

Ementa: Idade Média Central (séculos XI a XIII) e Baixa Idade Média (séculos XIV e XV). Sacro Império Romano Germânico. Cristandade, Igreja e conflito político. Sociedade feudal e vida urbana. Cultura Medieval: arte gótica e literatura. Pestes, fome e guerras.

Bibliografia Básica:

HEERS, Jacques. Historia Medieval. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LE GOFF, Jacques (dir.). O homem medieval. Lisboa: Presença, 1989.

LE GOFF, J. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LE GOFF, J. As raízes medievais da Europa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra. S.Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. 2. Ed. Lisboa: Edições 70, 2001.

DUBY, Georges. Guerreiros e camponeses (séculos VII-XII). Lisboa: Estampa, 1978.

_____. O tempo das catedrais.Lisboa: Estampa, 1979.

LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa: Estampa, 1980.

WOLFF, Philippe. O outono da Idade Média ou a Primavera dos Tempos Modernos. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

HISTÓRIA DO BRASIL 2

Ementa: Mudanças sociais e cultura na Corte carioca. A crise do colonialismo e o processo de independência do Brasil. Centralização, federalismo e liberalismo na construção do Estado Nacional. Sociedade, cultura e religiosidade no século XIX.Organização do Estado, elites e instituições políticas no Segundo Império. A corte de D. Pedro II: salões e festas no Segundo Reinado. Questões econômicas, abolicionismo e ordem imperial. A crise do Império.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto federal: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem - O teatro de sombras:* a política imperial. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Emília Viottida. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA, Emília Viottida. Da senzala à colônia. São Paulo: UNESP, 1997.

PRIORE, Mary del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org)., *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro de sombras: a política imperial, São Paulo, Edições Vértice, 1988.

DIAS, Maria Odila S. A interiorização da Metrópole In: MOTA, Carlos Guilherme. *Dimensões*. São Paulo:Perspectiva, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, org., O Brasil monárquico, São Paulo, Difel, 1976, Coleção História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, O tempo saquarema, São Paulo, HUCITEC, 1987.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1979. PRADO Jr., Caio, Evolução política do Brasil e outros estudos, São Paulo, Brasiliense, 1979 (1a. edição: 1933.

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS 2

Ementa: As Américas hispânica e anglo-saxã no século XIX: dimensões econômicas, políticas e socioculturais. Os processos de emancipação política das colônias espanholas. A formação dos estados nacionais nas Américas: especificidades ao norte e ao sul. As relações interamericanas no século XIX: conflitos, interdependências e ideologias. Culturas e identidades nas Américas no século XIX.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. Rio deJaneiro: Graal, 1983. CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1971.

DONGHI, T. Halperin. História contemporânea da América Latina. Madrid: Aliança, 1993.

MORSE, Richard. M. O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Bibliografia Complementar:

BELOTO, Manoel; CORREA, Anna M. *América Latina de colonização espanhola*. São Paulo:Hucitec, 1991. BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez.Simon Bolívar. São Paulo:Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais,40)

KARNAL, Leandro. Estados Unidos: a formação da nação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual;Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA 2

Ementa: A operação historiográfica. O método histórico e sua base hipotético-dedutiva. Explicação e compreensão. Causalidade e leis. Diacronia e sincronia. Determinismo e relativismo históricos. O referente histórico e a ideia de representação. Temporalidades históricas: relação passado-presente-futuro.

Bibliografia Básica:

PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RUSEN, J. Razão histórica. Brasília: Editora UnB, 2008.

CASSIRER, Ernst. A filosofia do iluminismo. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

COLLINGWOOD, R. G. A ideia de história. Lisboa, Portugal, Editorial Presença. 1972.

Bibliografia Complementar:

ARON, R. Dimensiones de la Conciência Histórica. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

BURCKHARDT, Jacob. Reflexões sobre a História. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

HUIZINGA, Johan. El concepto de la História. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

MEINECKE, Friedrich. El historicismo y su Genesis. México: Fondo de cultura económica, s/d.

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. Aprender com História. O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SALOMON, Marlon (org.). Saber dos arquivos. Goiânia: Edições Ricocchete, 2011.

HISTÓRIA MODERNA 1

A crise geral do feudalismo e as revoltas camponesas; Expansão marítima e comercial; Renascimento cultural e humanismo; Reformas religiosas; Formação das monarquias nacionais e do Estado absolutista no Ocidente; Mercantilismo e acumulação primitiva de capital; A Guerra dos 30 Anos.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). História da vida privada. Volume 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

BURKE, Peter. O Renascimento Italiano. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

DELUMEAU, Jean. Nascimento e afirmação da Reforma. São Paulo:Pioneira, 1989.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1989.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BURKE, Peter. A cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril.

MARX, Karl. O Capital. Livro 1, vol. 2. São Paulo: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 1

Ementa: Iluminismo e Modernidade; Despotismo Esclarecido; Revolução Industrial e Capitalismo; Revolução Francesa; Era Napoleônica; Liberalismo e nacionalismo; Revoluções de 1820, 1830 e 1848; Arte, cultura e revolução; Movimento operário, democracia e socialismos; O Segundo Império na França e a Comuna de Paris; Unificação Alemã; Unificação Italiana; Reformas democráticas e consolidação do Estado burguês; Cultura e sociabilidade pós-1848.

Bibliografia Básica:

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar* –A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia:* a História da Esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FALCON, Francisco J. C. Iluminismo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. A Era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, Karl. O Capital, livro 1, volume 1, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOORE JR., Barrington. As origens sociais da Ditadura e da Democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Bibliografia Complementar:

ABENDROTH, Wolfgang. *História social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, Eric L. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KURZ, Robert. O colapso da modernização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MÉSZÁROS. István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

HISTÓRIA DO BRASIL 3

Ementa: Proclamação da República e organização do novo poder político; Oligarquias, coronelismo e disputas regionais; Revoltas populares na cidade e no campo; Apogeu da economia agroexportadora, crescimento industrial e capitalismo; O Brasil e a Primeira Guerra; Movimentos culturais e modernismo; Movimento operário, anarquismo e comunismo; Tenentismo e crise da dominação oligárquica; A Revolução de 1930.

Bibliografia Básica:

FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume I, 4. ed., São Paulo: Difel, 1985.

. História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume II, 3. ed. São Paulo: Difel, 1985.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SEVCENKO, Nicolau (org.). História da Vida Privada no Brasil. Volume 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VIANNA, Luis Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Bibliografia Complementar:

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In: Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol.4, nº 7, 1991.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Ed. Globo, 1973.

SCHWARTZMAN. Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical:* História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870/1914. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato* (uma proposta de estudo sobre a memória histórica). São Paulo:Ed. Hucitec, História Social, USP, 1997.

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS 3

Ementa: As Américas na era contemporânea (séculos XX e XXI): dimensões econômicas, políticas e socioculturais. EUA: a sociedade industrial-capitalista e o *americanwayoflife*. As sociedades latino-americanas na era contemporânea. Cultura política, ideologias e movimentos sociais nas Américas. As relações Estados Unidos-América Latina no século XX. Projetos, limites e desafios da integração regional. Cultura e identidades nas Américas contemporâneas.

Bibliografia Básica:

CHAUNU, Pierre. História da América Latina. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1971.

DEL POZO, José. *História da América Latina e do Caribe*. Dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Gerson. Estados Unidos e América Latina. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MALERBA, Jurandir. A história na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina. São Paulo: Contexto, 1991.

BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). *América Latina-história, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã. 1998.

BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH (orgs). *A América Latina entre a segunda guerra mundial e a guerra fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos*—Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. BeloHorizonte: Ed. UFMG, 2000.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs). *Revoluções de independências e nacionalismosnas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA 3

Ementa: A crise da razão iluminista e seu impacto sobre a história. O paradigma científico moderno na história. Interdisciplinaridade e identidade epistemológica da história. Filosofia Analítica, Fenomenologia, Hermenêutica e Marxismo. Narratividade e a diversidade de escalas na análise historiadora. O campo literário-ficcional.

Bibliografia Básica:

GARDINER, P. Teorias da história. Lisboa, Portugal: Fundação CalousteGulbenkian, 2004.

GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JENKINS, K. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANA, J. História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: Edusc.

RÜSEN, J. Reconstrução do passado. Brasília: UnB, 2007.

Bibliografia Complementar:

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed.UFGRS, 2002.

GINZBURG, C. Relações de força: história, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos.RiodeJaneiro: Contraponto, 2006.

PALLARES-BURKE, Maria L.. As muitas faces da história. São Paulo: UNESP, 2001.

REIS, José Carlos. História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

HISTÓRIA MODERNA 2

Ementa: Consolidação do Absolutismo e do Antigo Regime no Ocidente; Formação das monarquias nacionais e do Absolutismo na Europa Oriental; Revolução Científica, Arte e Cultura nos séculos XVII e XVIII, Crise do Século XVII; As Revoluções inglesas; Crise do Antigo Regime e transição do feudalismo ao capitalismo.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (Orgs.). História da vida privada. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

ARRUDA, JOSÉ J. A. A Revolução Inglesa. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. A fabricação do rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CHARTIER, R. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: UNESP, 2004.

DARNTON, R. Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAYER, A. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2

Ementa: 1870/1914: caracterização e crítica da Bela Época. Século XX. Guerras. Revoluções. Experiências socialistas. Regimes autoritários e totalitários. Cultura, cultura de massas, política e arte. Novas configurações do capitalismo. Neoliberalismo e democracia. Pós-modernismo e sociabilidade. Fundamentalismos e conflitos nacionais.

Bibliografia Básica:

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

MAYER, Arno. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Bibliografia Complementar:

BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da Queda*: O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

COBBAN, Alfred. A Interpretação Social da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FELICE, Renzo. Explicar o fascismo. Lisboa: Edições 70, 1976.

FURET, François. *O Passado de uma ilusão*. Ensaios sobre a Idéia Comunista no Século XX. São Paulo. Siciliano, 1995.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. As origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus, 1980.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *O Século Sombrio*: uma história geral do Século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HISTÓRIA DO BRASIL 4

Ementa: Governo Vargas e crise geral; Estado Novo, repressão e intervencionismo; Industrialização, questão agrária e expansão capitalista; Questão social, urbanização e controle político; Nacionalismo e cultura; Populismo e democracia; Trabalhismo e mobilização popular; Golpe de 1964 e Ditadura Militar; Capitalismo monopolista e modernização; Novos movimentos sociais; Transição democrática e crise econômico-social; Neoliberalismo, democracia e internacionalização econômica; Meios de comunicação de massa e cultura.

Bibliografia Básica:

BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite*. A instauração da Ditadura. Segunda edição. São Paulo: Perspectiva, 1994. DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René A. O jogo da direita na Nova República. Petrópolis: Vozes, 1989.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume III, terceira edição, São Paulo: Difel, 1986.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume VI, segunda edição, São Paulo: Difel, 1986. OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasileinse, 1985.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Célia Maria Martinho de. *Onda negra, medo branco*.O negro no imaginário das elites –século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOMENY, Helena. (Org.) Constelação Capanema. Intelectuais e Políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Martins, 1942.

REIS, José Carlos. As identidades no Brasil. De Varhangen a FHC. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *O Orfeu extático diante da metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

HISTÓRIA DE GOIÁS

Ementa: Bandeirantismo e ocupação do território. Economia e trabalho na Capitania de Goiás. Formas de sociabilidade, conflitos étnicos e religiosidades. Cultura e política no século XIX: a relação público-privado e a normatização dos costumes. A estruturação da república. Mudancismo e Modernização em Goiás. O patrimônio Cultural.

Bibliografia Básica:

PALACIN, L. O século do ouro em Goiás. Goiânia: Oriente, 1979.

____. Coronelismo no extremo norte de Goiás. Goiânia: UFG, 1990.

CHAUL, N. F. Caminhos de Goiás: da construção de Goiânia aos limites da modernidade. Goiânia, UFG, 1997.

SALLES, G. V. Economia e escravidão na capitania de Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1992.

SANDES, N. F. (org.). Memória e região. Goiânia: UFG, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOXER, Charles R. Idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade global. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao Colonizador.2 ed.. Brasília: Verano, 2000.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguia no século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

FREITAS, L. C. B. (org.). Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível. Goiânia: editora ufg, 1999.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ementa: A produção institucional da historiografia: historiadores, percursos e práticas políticas. Historiografia: visão de mundo, ideologia e classes sociais. Temas da historiografia brasileira I (1840-1930): Estado nacional,

raças e cultura brasileira. Temas da historiografia brasileira II (1930-1970): Questão nacional, revolução brasileira, classes sociais, escravismo, modos de produção, Colônia, Império, República, capitalismo e corporativismo. Temas da historiografia brasileira III (1970-2000): Estado autoritário, movimentos sociais, cotidiano, imaginários e representações.

Bibliografia Básica:

DIEHL, Astor António. A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo, UPF, 1998.

FREITAS, Marcos Cézar (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo, Contexto, 2005.

 $LAPA, José\ Roberto\ do.\ A\ História\ em\ quest\~ao\ (historiografia\ brasileira\ contempor\^anea).\ Petr\'opolis:\ Vozes,\ 1976.$

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Bibliografia Complementar:

ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: Tupy, 1954.

CANDIDO, Antônio (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva.

São Paulo: Contexto, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. Historiadores do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. MOTA, Lourenço Dantas (Org.). Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC,1999. 2 v.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Ementa: Panorama cartográfico, histórico e arqueológico do continente africano. Geo-história africana: topônimos, etnôminos, territorialidades. Colonização, colonialismo e descolonização. A historiografia da África: panorama e especificidade de fontes. Diáspora africana no Atlântico.

Bibliografia Básica:

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, CEAO, 2001.

M'BOKOLO, Elikia. África negra: história e civilizações. Salvador; São Paulo: EDUFBA: Casa das Áfricas, 2009.

SCARAMAL, Eliesse dos S. T. Mapas animados para estudar história da África. FUNAPE - Ciar/UFG.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-surgir e re-viver. In. CADAU, Vera Maria (org.) *Educação Intercultural na América Latina:* entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Bibliografia Complementar:

APPIAH, Anthony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. BERTAUX, Pierre. *África*: desde la prehistoria hasta los estados actuales. Madrid: Siglo XXI de España, 1972. HERNANDEZ, Leila M. G. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. LOPES, Ana Mónica; ARNAUT, Luís. *História da África*: uma introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2005. SILVA, Alberto da Costa e. *Enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. 3.ed. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 2006.

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

Ementa: Os povos indígenas no Brasil. Processos de assimilação e integração dos povos indígenas. O índio e a questão agrária no Brasil. Interculturalidade, multiculturalismo e processos de descolonização e descolonialidade. Etnicidade e diversidade cultural.

Bibliografia Básica:

BANIWA, Gersen. *Olhares Indígenas Contemporâneos II*. Série Saberes Indígenas. Brasília: CINEP – Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2012.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e FENART, J. S. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1988.

GRUPIONI, Luís Donisete B. A formação de professores indígenas: repensando trajetórias. MEC/UNESCO, 2006.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*: São Paulo: Pioneira, 1972.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Índio e o Mundo dos Brancos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os Diários e suas Margens: Viagem aos Territórios Terênae Tükúna. Brasília: Editora UnB. 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP/SMC.1992.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

HISTÓRIA DA ARTE

Ementa: O campo fenomênico da arte. Historiografia da arte: teoria da arte, método e periodização. Estética. Arte no ocidente: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Modernidade e Modernismos, Pós-modernidades. Distinções entre arte e cultura. Arte no Brasil. Arte não ocidental. Arte e mercadoria. Reprodutibilidade da arte e tecnologia.

Bibliografia Básica:

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. Guia de História da Arte. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GOMBRICH, Ernst. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

BAUMGART, Fritz Erwin. Breve história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual. São Paulo: EDUSP. 1980.

BERGER, John. Modos de Ver. Lisboa: Edições 70, 1987.

COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FRANCASTEL, Pierre. A Realidade Figurativa. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HAUSER, Arnold. História Social da literatura e da arte. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

VENTURI, Lionello. História da Crítica de Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

Ementa: Relações entre Antropologia e História. Noções de natureza e cultura, sociedade e cultura. Antropologia e culturalismo norte-americano: Franz Boas e a interpretação das culturas. Antropologia e estruturalismo: Lévi-Strauss, mitos, linguagem e filosofia da história. Antropologia, crítica cultural e história.

Bibliografia Básica:

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guranabara, 1989.

STRAUSS, L. As estruturas elementares do parentesco. São Paulo: Edusp, 1976.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DAMATTA, R. Relativizando, uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

Bibliografia Complementar:

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. História do Pensamento Antropológico. Lisboa: Ed. 70, 1989.

KUPER, Adam. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LARAIA, Roque. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DISCIPLINA OPTATIVA

LIBRAS (INTRODUCÃO À LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS)

Ementa: Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a Língua de Sinais. O surdo e a sociedade.

Bibliografia Básica:

BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

GÓES, M. C. R. de. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1999.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras 1 - Iniciante. 3. ed. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Eulalia. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Cortez, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 1. ed. Florianópolis: Ed. UFSC,2008. (Série Geral).

NÚCLEO ESPECÍFICO

MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA HISTÓRICA 1

Ementa: As operações da pesquisa histórica: heurística, crítica e interpretação. Princípios básicos, procedimentos e etapas da pesquisa histórica. A elaboração de perguntas e problemas historicamente orientados. Tratamento e organização das fontes históricas: manuseio da documentação e da bibliografia. Crítica documental.

Bibliografia Básica:

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais, II, São Paulo: Cortez, 1992.

GADAMER, H.-G. Verdade e método II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARROU, H. I. Do conhecimento histórico. Lisboa, Portugal, Aster, sd.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo:UNESP, 1992.

DOSSE, François. O Império do sentido. A humanização das Ciências Humanas. Bauru - SP: EDUSC, 2003. (cap.10 - Uma grande inovação: a introdução dos objetos. P. 141-150). LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LE GOTT, Jacques, NORA, Fierre. Tristoria. novos problemas. Rio de Janeiro. Francis

. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. História: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1998.

MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA HISTÓRICA 2

Ementa: A elaboração de um projeto de pesquisa monográfico: pesquisa bibliográfica e análise de textos. A relação entre hipótese, crítica, interpretação das fontes e o referencial teórico. Partes essenciais de uma monografia: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Bibliografia Básica:

PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

COLLINGWOOD, R. G. A ideia de história. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1972.

PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

GADAMER, H. G. Verdade e método II: complementos e índice. Petrópoles, RJ: Vozes, 2002.

SALOMON, Marlon (org.). História, verdade e tempo. Chapecó, SC: Argos, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE JÚNIOR. História, a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: perspectiva, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RUSEN, Jorn. Reconstrução do passado. Brasília: UnB, 2007.

MEMÓRIA, IDENTIDADES E IMAGINÁRIOS SOCIAIS.

Ementa: História e memória, memória individual e coletiva, biografia e história, Imaginários sociais, representação e poder, historiografia e imaginação nacional, cultura histórica, cultura política, usos do passado, história e narrativa, modernização e cultura.

Bibliografia Básica:

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Edusp/ T. A. Queiroz, 1987.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Biblografia Complementar:

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

RÜSEN, J. História viva. Brasília: UnB, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

PODER, SERTÃO E IDENTIDADES

Ementa: Articulação entre dinâmicas socioeconômicas, relações de poder e práticas políticas e institucionais; movimentos e práticas socioculturais; Estado e capitalismo no Brasil; processos de colonização e modernização na América latina, no Brasil e na região Centro-oeste; conjuntos discursivos, imagéticos e sonoros presentes nas representações de nação-sertão e de campo-cidade; Ideologias historiográficas e capitalismo; vinculação entre a questão regional, as relações entre espaço e sociedade e a constituição de identidades regionais; produção historiográfica em Goiás.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WILLIANS, R. O campo e a cidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Huicitec, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

FRONTEIRAS, INTERCULTURALIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: Transformações na definição da Didática da História. Formação Histórica. Relações entre Consciência Moral e Consciência Histórica. A Narrativa Histórica e a função de orientação prática. Uso público da História. Ensino de História e Interculturalidade.

Bibliografia Básica:

ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jorn Rüsen: uma introdução. Goiania: UFG, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas, SP: Papirus, 2003.

RÜSEN, J. Razão histórica. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, J. História viva. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, J. Reconstrução do Passado. Brasília: UnB, 2007.

Bibliografia Complementar:

GATTI JÚNIOR, Décio. A escrita escolar na história. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LENSKIJ, Tatiana (org.). A memória e o ensino de história. Santa Cruz do Sul, RS: Editora UNIRSG, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história. Campinas: Papirus, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó, SC: Argos, 2004.

IDEIAS, SABERES E ESCRITAS DA (E NA) HISTÓRIA

Ementa: Processos de produção, formas de apresentação e funções do conhecimento histórico. Paradigmas historiográficos, história da historiográfia e história escrita. Idéias e saberes da (e na) história. A emergência e o estatuto dos novos objetos de análise e de abordagem da experiência histórica; a história da prática e do trabalho de pesquisa histórica; a noção de documento e arquivo na ciência histórica.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

HARTOG, F. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

RÜSEN, J. Reconstrução do passado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Bibliografia Complementar:

UNESCO. As culturas e o tempo: estudos reunidos. Petrópolis: Vozes, 1975.

MALERBA, J. (Org.). A história escrita, teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

VARELLA, Fávia Florentino. A dinâmica do historicismo. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

WHITE, Hayden. Metahistória. São Paulo: EDUSP, 1995.

CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

Ementa: Memória e história. Memória e imaginário. Circulação e apropriação de imagens e discursos, em diferentes tempos, espaços e linguagens (verbal, escrita, gestual, iconográfica, simbólica). Narrativa, memória e conhecimento histórico. História intelectual, usos do passado, historicidade e história dos saberes.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JR., Durval. História: a arte de inventar o passado. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2007.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Edusp/ T. A. Queiroz, 1987.

CHARTIER, Roger. A história cultural - entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Walter. "O narrador". Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994 p. 177-221.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

MONOGRAFIA

Ementa: O trabalho com as fontes e a importância do diálogo com a historiografia. O trabalho monográfico como exercício dialógico. A necessidade da constante reformulação do objeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo:UNESP, 1992.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. São Paulo: Forense, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1990.

JENKINS, K. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2007.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. São Paulo: Zahar editora, 1981.

Biblografia Complementar:

PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

JENKINS, Keith. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2007.

MALERBA, Jurandir. Lições de história. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÜSEN, J. Razão histórica. Brasília: UnB, 2001.

7.4 Sugestão de Fluxo Curricular

1º PERÍODO					
DISCIPLINA	СНр	CH t	CHT	Natureza	Núcleo
História Antiga I	8	56	64	Científica	Comum
História Medieval I	8	56	64	Científica	Comum
História das Américas I	8	56	64	Científica	Comum
História do Brasil I	8	56	64	Científica	Comum
Teoria e Metodologia da História I	8	56	64	Científica	Comum
CH de Prática como Componente Curricular	40				
Acumulada			220		
Carga Horária do Período			320		
Carga Horária Acumulada			320		
	RÍODO		~		
DISCIPLINA	СНр	CHt	CHT	Natureza	Núcleo
História Antiga II	8	56	64	Científica	Comum
História Medieval II	8	56	64	Científica	Comum
História das Américas II	8	56	64	Científica	Comum
História do Brasil II	8	56	64	Científica	Comum
Teoria e Metodologia da História II	8	56	64	Científica	Comum
CH de Prática como Componente Curricular Acumulada	80				
Carga Horária do Período			320		
Carga Horária Acumulada			640		
	RÍODO	'			
DISCIPLINA	СНр	CH t	CHT	Natureza	Núcleo
História Moderna I	8	56	64	Científica	Comum
História das Américas III	8	56	64	Científica	Comum
História Contemporânea I	8	56	64	Científica	Comum
História do Brasil III	8	56	64	Científica	Comum
Teoria e Metodologia da História III	8	56	64	Científica	Comum
CH de Prática como Componente Curricular Acumulada	1 / 1 1				
Carga Horária do Período			320		
Carga Horária Acumulada			960		

4º PERÍODO					
DISCIPLINA	СНр	CH t	CHT	Natureza	Núcleo
História Moderna II	8	56	64	Científica	Comum
História Contemporânea II	8	56	64	Científica	Comum
História do Brasil IV	8	56	64	Científica	Comum
História de Goiás	8	56	64	Científica	Comum
Introdução à Antropologia	8	56	64	Científica	Comum
CH de Prática como Componente Curricular Acumulada					
Carga Horária do Período			320		
Carga Horária Acumulada			1280		

5° PERÍODO					
DISCIPLINA	СНр	CH t	CHT	Natureza	Núcleo
Memória, Identidades e Imaginários Sociais	-	64	64	Científica	Específico
Núcleo Livre I	-	64	64	Científica	Livre
História e Cultura Afro-Brasileira	8	56	64	Científica	Comum
Métodos e técnicas da Pesquisa Histórica I	32	32	64	Científica	Específico
Idéias, Saberes e Escritas da (e na) História	-	64	64	Científica	Específico
CH de Prática como Componente					
Curricular Acumulada	200				
Carga Horária do Período			320		
Carga Horária Acumulada			1600		

6° PERÍODO					
DISCIPLINA	СНр	CH t	CH T	Natureza	Núcleo
Nucleo Livre II	-	64	64	Científica	Livre
História e Cultura Indígena	8	56	64	Científica	Comum
Historiografia Brasileira	8	56	64	Científica	Comum
Métodos e técnicas de Pesquisa II	1	64	64	Científica	Específica
Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de	1	64	64	Científica	Específica
História					
CH de Prática como Componente Curricular Acumulada					
Carga Horária do Período			320		
Carga Horária Acumulada			1920		
	RÍODO)			l
DISCIPLINA	СНр	CH t	CHT	Natureza	Núcleo
Monografia	-	64	64	Científica	Específica
Poder, Sertão e Identidades	-	64	64	Científica	Específica
História da Arte	36	28	64	Científica	Comum
Culturas, Fronteiras e Identidades	-	64	64	Científica	Específica
CH de Prática como Componente Curricular	252				
Acumulada	232				
Carga Horária do Período)		256		
Carga Horária Acumulada			2176		

7.5 Prática Como Componente Curricular

Buscando atender à perspectiva de integração entre os processos de apreensão, produção e transmissão do conhecimento, o novo projeto pedagógico de curso propõe a incorporação da prática de ensino, e diríamos também, de pesquisa, nas disciplinas de núcleo comum, como um momento específico de sua dinâmica. Com isto objetiva-se articular de maneira mais próxima o aprendizado dos conteúdos básicos e a prática de ensino, superando a fragmentação e o relativo alheamento atualmente existentes quando a prática de ensino é oferecida em momento posterior e por meio de disciplinas específicas, que muitas vezes são obrigadas a repetir conteúdos já vistos para embasar o exercício pedagógico exigido. Assim, o novo projeto pedagógico de curso propõe que do total de 64 horas-aula previsto para cada disciplina, 6 horas-aula sejam dedicadas à prática de ensino, combinando os conteúdos oferecidos com o exercício de reflexão, elaboração e transmissão do conhecimento.

Como as disciplinas de núcleo comum são oferecidas conjuntamente para os discentes de licenciatura e bacharelado, propõe-se que, nesse momento específico do andamento das referidas disciplinas, busque-se oferecer, aos alunos, as habilidades concernentes aos trabalhos de seleção, sistematização, organização e exposição dos conteúdos abordados, inseparáveis na perspectiva pedagógica aqui esposada. O exercício de exposição dos conteúdos abordados pode ser dirigido, tanto para as atividades relativas à prática pedagógica, como a elaboração de planos de aula e a própria prática de ensino, quanto para a elaboração textual (*papers*, resenhas, artigos, etc.), atendendo, de modo direcionado, tanto os alunos de licenciatura, quanto os de bacharelado. Com isso, busca-se combinar a prática de ensino com a prática de pesquisa, sem que se perca a especificidade de cada uma.

Para o currículo de licenciatura o novo projeto pedagógico propõe a contabilização da carga horária de prática de ensino, a ser oferecida nas disciplinas de núcleo comum, como parte da carga horária total da prática como componente curricular. E isso, por considerá-los momentos do mesmo processo de formação profissional, e, de tal propositura, pretende-se garantir a integração entre os processos de apreensão, produção e transmissão do conhecimento. Além disso, tal perspectiva é corroborada pelo parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, de 13 de maio de 2005 (CNE/CES Nº 15/2005). Entre outras questões, tal parecer foi motivado pela indagação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia acerca da compreensão do conselho concernente à prática como componente curricular e à prática de ensino. Com base em pareceres anteriores que fundamentam resoluções aprovadas pelo próprio Conselho Nacional de Educação o relator-conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone desenvolve argumentação que compreende a prática como componente curricular, numa perspectiva ampla, como dimensão do conhecimento, presente, tanto nos cursos de formação, nos momentos de reflexão sobre a atividade profissional, quanto no estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. Além disso, critica o entendimento do estágio como atividade fechada em si mesma e desarticulada do restante do curso, defendendo a previsão de situações didáticas no planejamento dos cursos de formação, de modo que os futuros professores possam colocar em uso os conhecimentos que aprenderam e mobilizem outros. Diante desta compreensão, afirma:

Portanto, a prática como componente curricular é o conjunto das atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso (p.3).

Porém, adiante ressalva:

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (p.3).

À primeira vista, esta ressalva sugere a inviabilidade da propositura aqui apresentada, no entanto, respondendo à indagação sobre a utilização das horas das demais disciplinas dedicadas aos créditos práticos como horas de prática como componente curricular, o relator conselheiro afirma:

As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição (p.3).

Assim sendo, entendemos que a possibilidade de que as disciplinas de caráter técnico-científico possam ser adaptadas para cumprir as atribuições específicas da prática como componente curricular, admitida pelo relator-conselheiro, fundamenta a propositura aqui apresentada, pois esta é justamente a perspectiva que informa a incorporação da prática de ensino nas disciplinas de núcleo comum, como momento específico de articulação entre apreensão, produção e transmissão do conhecimento.

7.6 Atividades Complementares

As atividades complementares (ou atividades acadêmico-científico-culturais), no total de 230 (duzentas e trinta) horas, deverão ser cumpridas pelos alunos ao longo dos semestres letivos. Estas deverão permitir ao aluno vivenciar, no decorrer de todo o curso, atividades diferenciadas, de forma que busque um aprofundamento em suas áreas de interesse. Dessa forma, serão consideradas no cômputo das horas as seguintes atividades, desde que reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenação do Curso: participação em eventos de caráter científico e/ou culturais como seminários, exposições, congressos, com ou sem apresentação de trabalhos; monitorias; participação em projetos de pesquisa e de extensão, cursos de aprendizagem de novas tecnologias aplicadas ao ensino, etc. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados e declarações emitidas pelos organizadores e responsáveis pelas atividades em questão.

8 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

- a) o estágio não-obrigatório só poderá ser realizado em empresas devidamente conveniadas com a UFG ou utilizar-se de agente de integração conveniados com a UFG;
- b) o estágio deve ser supervisionado por um supervisor no local de estágio e um professor do curso como orientador de estágio;
- c) o aluno deve apresentar relatórios semestrais, preencher o termo de compromisso e o termo de estágio, além de apresentar a frequência. Nesse tipo de estágio o seguro é por conta do local de estágio.

O estágio não-obrigatório para alunos do bacharelado segue a lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, conforme orientações da UFG, estabelecidas em contratos entre as partes interessadas.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso é um dos momentos fundamentais da formação do bacharel em História, pois nele devem se apresentar em sua inteireza as habilidades de pesquisa, reflexão, interpretação e elaboração adquiridas ao longo do curso.

A elaboração do trabalho de conclusão de curso está diretamente associada às disciplinas: Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica I e II e Monografia. Nesta última, além do diálogo com o docente responsável pela disciplina, o bacharelando conta ainda com as contribuições de outro docente, que atuará como orientador do trabalho e acompanhará o processo de elaboração da pesquisa. No âmbito da disciplina de Monografia, o bacharelando participará obrigatoriamente do Seminário de Monografia, onde submeterá os resultados preliminares do seu trabalho à avaliação e arguição de outro docente, que emitirá críticas e sugestões à continuidade do trabalho. A avaliação resultante do Seminário de Monografia é parte constitutiva da avaliação final do trabalho de conclusão de curso.

Os critérios de produção do trabalho de conclusão de curso baseiam-se na pertinência do tema e da problemática adotada, no desenvolvimento da pesquisa empírica (seja ela documental ou bibliográfica), no diálogo com os referenciais teóricos e metodológicos, na interpretação historiográfica do objeto estudado e na apresentação coerente e estruturada da mesma.

10 A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A integração ensino, pesquisa e extensão, na forma como vislumbramos na constituição do Projeto Pedagógico de Curso de bacharelado em História, tem como pressuposto a clara participação de discentes e docentes nas atividades e discussões da proposta defendida pela Faculdade de História. Não se trata de adotar um conceito ideal de integração de pesquisa, ensino e extensão, mas, sim, de apostar na interação dessas dimensões como parte fundamental do "fazer acadêmico", tomado na perspectiva da prática orientada sempre pela reflexão e ação; contudo, tem-se claro que a concretização dessa prática de integração depende do compromisso do professor da UFG com esse trinômio, respeitando sempre a autonomia intelectual dos participantes. Essa perspectiva ultrapassa a opção pela primazia do ensino e/ou da pesquisa, apostando na integração desses dois níveis de produção do conhecimento. Um bom professor é um bom pesquisador, e um bom pesquisador adquire e se apropria de conhecimentos que servem à prática em ambiente universitário. Com essa concepção, pretende-se afirmar que ensinar é mais do que transmitir conteúdos, ao mesmo tempo que pesquisar não se restringe a um interesse individual, embora possa emergir do interesse pessoal, despertado pela curiosidade intelectual.

Para esta proposta curricular, se a pesquisa for tomada como "princípio educativo fundamental", a formação do bacharel em história será profícua no que tange à sua atuação como pesquisador preocupado não apenas com a produção do conhecimento, mas também com sua transmissão e disseminação social. Isto implica compreender a pesquisa em articulação direta com o ensino e a extensão, daí o esforço dos núcleos e laboratórios de pesquisa da Faculdade de História em mobilizar os alunos em torno de atividades de pesquisa articuladas a rede pública de ensino e a comunidade em geral. Entre elas, destaca-se o estágio não-obrigatório, que consiste numa política de inserção do bacharelando em espaços voltados para o desenvolvimento das habilidades de profissionalização e que pode ser realizado a partir do segundo semestre, conforme a lei 11788 de 25 de setembro de 2008, que normatiza a prática do estágio. Com essa concepção, pretende-se afirmar que pesquisar não se restringe a um interesse individual, embora possa emergir do interesse pessoal, despertado pela curiosidade intelectual, mas que envolve compromisso e responsabilidade social.

Dessa forma, ensino, pesquisa e extensão colocam-se como constituintes da proposta deste projeto pedagógico que incorpora o pressuposto de que a pesquisa se vincula à prática pedagógica e à extensão, respeitando a pluralidade de perspectivas teóricas e interesses de pesquisas para o ensino, para a extensão e para os estudos avançados.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

No sistema de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem no curso de bacharelado, vários caminhos podem ser adotados:

- participação em seminários;
- avaliações escritas e orais;
- fichamentos de artigos e seminários;
- trabalhos em grupos;
- elaboração de projetos de pesquisa e monografias.

Além destes destaca-se o seminário de monografia, realizado anualmente. Nele os bacharelandos apresentam os resultados preliminares de suas pesquisas para um leitor externo, ou seja, que não seja seu próprio orientador, que o argüirá acerca do processo e do projeto da pesquisa, fazendo críticas e sugestões.

12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A primeira avaliação do curso de bacharelado em História dar-se-á no decorrer do último ano da primeira turma com a organização de debates e aplicação de questionários avaliativos. A organização de tais atividades deverá ser dividida com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Conselho Diretor da Faculdade de História. As avaliações posteriores seguirão o calendário da avaliação institucional da UFG.

Os pontos a serem observados na avaliação das condições de ensino serão os seguintes:

Organização Didático-Pedagógica

• administração acadêmica;

- projeto de curso;
- atividades acadêmicas;
- políticas de capacitação;
- integração graduação e pós-graduação.

Corpo Docente

- formação acadêmica;
- atuação e desenvolvimento acadêmico-profissional;
- produção científica;
- condições de trabalho.

Instalações

- espaço físico;
- acervo biblioteca central;
- instalações e laboratórios específicos.

13 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

A Faculdade de História acredita ser importante incentivar a qualificação de seus docentes e de seus servidores técnico-administrativos. Esta Faculdade conta atualmente com 06 (seis) servidores técnico-administrativos, distribuídos nos três períodos de funcionamento (8h às 12h; 13h. às 22h), de segundas-feiras às sextas-feiras. No turno matutino e vespertino, Gustavo Antônio Pereira Júnior (Coordenador Administrativo), no matutino Fernando Misquilin. No vespertino, Raisa Ramos de Pina, Daiany Mendonça Alves e Marco Aurélio Fernandes Neves. No turno noturno, Anesino Cardoso de Oliveira. Dos seis servidores administrativos 05 (cinco) tem curso superior entre os quais 01 (um) está em fase de conclusão do mestrado em Ciências Econômicas pela PUC-Go. Contamos ainda com 01 (uma) servidora (Celetista), Maria da Gloria Neves, cedida pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) à UFG, conforme Portaria MPOG n. 781 e 783, de 19 de março de 2010. Os servidores técnico-administrativos têm prestado relevantes serviços à FH, especialmente no atendimento aos alunos, professores e público em geral. A política de qualificação dos técnicos administrativos da Faculdade de História segue a resolução-CEPEC n. 456, de 08 de junho de 1999.

No que se refere ao corpo docente, que atua na Graduação (Licenciatura e Bacharelado), nos turnos matutino, vespertino e noturno, temos 31 (trinta e um) professores com doutoramento, sendo dois professores com doutoramento em universidades estrangeiras e 29 (vinte e nove) em universidades brasileiras. No Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, níveis de Mestrado e Doutorado, temos 27 (vinte e sete) professores com título de doutorado entre os quais 10 (dez) com pós-doutoramento em Universidades brasileiras e estrangeiras; temos ainda 04 (quatro) professores de outras unidades acadêmicas atuando no Programa e 07 (sete) professores bolsistas produtividade-CAPES. Segue abaixo os nomes dos professores com os endereços *Currículo Lattes:*

NOME	Endereços Currículo Lattes
1-Adriana Vidotte	http://lattes.cnpq.br/6066743926743863
2-Alberto Baena Zapatero	http://lattes.cnpq.br/9664515734993535
3-Alcilene Cavalcante de Oliveira	http://lattes.cnpq.br/0849650918660622
4-Alexandre Martins de Araújo	http://lattes.cnpq.br/6195011167649888
5-Ana Carolina Eiras Coelho Soares	http://lattes.cnpq.br/6593268782293837

6-Ana Lucia Oliveira Vilela	http://lattes.cnpq.br/6066743926743863
7-Ana Teresa Marques Goncalves	http://lattes.cnpq.br/7049736226460820
8-Armênia Maria de Souza	http://lattes.cnpq.br/9441339482614419
9-Carlos Oiti Berbert Junior	http://lattes.cnpq.br/8528822272178341
10-Cristiano Pereira Alencar Arrais	http://lattes.cnpq.br/0048549261262609
11-Cristina de Cassia Pereira Moraes	http://lattes.cnpq.br/1005102348535090
12-David Maciel	http://lattes.cnpq.br/3587511267893434
13-Dulce Oliveira Amarante dos Santos	http://lattes.cnpq.br/2317207486041256
14- Elias Nazareno	http://lattes.cnpq.br/1486334927436240
15-Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal	http://lattes.cnpq.br/2348052580912991
16-Elio Cantalicio Serpa	http://lattes.cnpq.br/7856851919811733
17-Eugênio Rezende de Carvalho	http://lattes.cnpq.br/6512128178979996
18-Fabiana de Souza Fredrigo	http://lattes.cnpq.br/3939287095194355
19-Heloísa Selma Fernandes Capel	http://lattes.cnpq.br/0202627724737454
20-João Alberto da Costa Pinto	http://lattes.cnpq.br/4246394797193440
21-Leandro Mendes Rocha	http://lattes.cnpq.br/4966746368315442
22-Libertad Borges Bittencourt	http://lattes.cnpq.br/0627231583730287
23-Luciane Munhoz de Omena	http://lattes.cnpq.br/0630395552910286
24-Luiz Sérgio Duarte da Silva	http://lattes.cnpq.br/4317054127961589
25- Maria da Conceição Silva	http://lattes.cnpq.br/4692350881823681
26-Marlon Jeison Salomon	http://lattes.cnpq.br/0631789010231492
27-Nasr Nagib Fayad Chaul	http://lattes.cnpq.br/5779965354592589
28- Noé Freire Sandes	http://lattes.cnpq.br/9092776092145960
29- Rafael Saddi Teixeira	http://lattes.cnpq.br/2919949012379731
30- Roberto Abdala Junior	http://lattes.cnpq.br/7014946989727038
31- Sônia Maria de Magalhães	http://lattes.cnpq.br/8841367325340262
32-Ulisses do Valle	http://lattes.cnpq.br/3163617104627072

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico do curso de graduação plena em História da UFG, grau bacharelado nos turnos matutino e noturno, contempla as normas estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.13/2002, com o respectivo parecer CNE/CES n.492/2001, que definem as diretrizes curriculares para os cursos de história e na Resolução CNE/CES n.2/2002 que regulamenta carga horária dos cursos de graduação plena. Sua estrutura segue o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG.

Os conteúdos curriculares deste projeto pedagógico projetam a possibilidade de constituir um profissional capaz de demonstrar sólida formação na área de história, dominando o processo de produção do conhecimento histórico em suas diversas perspectivas. A concepção do referido projeto visa oportunizar suportes teóricos e metodológicos específicos da área de história para trabalhar conteúdos, não como fim, mas como meio, onde a transposição destes seja sempre mediada pela relação entre o propagado trinômio – ensino, pesquisa e extensão – ou, em outras palavras, que o saber não se dissocie do fazer, e que o aprender esteja compromissado com os desafios do presente.

15 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A filosofia do curso, que orientou a elaboração de sua matriz curricular, fundamentou-se: Na Resolução CNE/CES n. 13/2002, com o respectivo parecer CNE/CES n. 492/2001, que estabelecem as diretrizes curriculares para o ensino de História, na Resolução CNE/CES n. 2 de 18 de junho de 2007 que fixa a carga horária mínima do curso de bacharelado em História em 2.400 horas. O PPC do curso de bacharelado em História fixa a carga horária em 2.406 horas, conforme o quadro fluxo curricular; nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), adequadas pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (RGCG/Resolução CEPEC 1122); na Lei n. 11.645, promulgada em 10 de março de 2008, que estabeleceu a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino (fundamental e médio), a obrigatoriedade da temática Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A resposta a essa demanda resultou na inclusão de disciplinas específicas, História e Cultura Afro-Brasileira e História e cultura indígena no presente projeto pedagógico do curso de licenciatura em História; e na lei 9795/1999, acrescida dos Decretos 4.281 de 25 de junho de 2002, que dispõe sobre os princípios da educação ambiental como componente essencial da educação nacional. O atendimento a essa demanda está vinculado à atuação do núcleo de estudos História Ambiental e interculturalidade (NUHAI) que propicia atividades complementares para os graduandos e também envolve atividades de extensão e pesquisa. Nessa direção o NUHAI oferece o frequentemente a disciplina Introdução à história ambiental como núcleo livre, ministrada pelo professor Alexandre Martins. As atividades do NUHAI podem ser acessadas pelo sítio http://www.nuhai.historia.ufg.br.

16 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação*. Câmara de Educação Básica. Resolução n°. 02, de fevereiro de 1999.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação*. Conselho Pleno. Resolução n°. 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 março 2002. Seção 1, p.8.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação*. Câmara de Educação Superior. Resolução n°. 13, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para o curso de História. Disponível em: http://www.abmes.org.br/Legislac/2002/resolucao/RES-CES-13-130302htm">http://www.abmes.org.br/Legislac/2002/resolucao/RES-CES-13-130302htm">http://www.abmes.org.br/Legislac/2002/resolucao/RES-CES-13-130302htm. > Acesso em: 10 nov. 2002.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação*. Câmara de Educação Superior. Parecer no. 108/2003, aprovado em 12/03/2003. Estabelece a duração dos bacharelados.

GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás*. Resolução CCEP no. 395 de 1995. Fixa novo currículo pleno do curso de História – Bacharelado e Licenciatura para os alunos que ingressarem a partir de 1996 e dá outras providências.

GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás*. Regulamento Geral dos Cursos de Graduação. 2013.

GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás*. Circular/Prograd/ RGCG/ 016 de 1º de abril de 2003. Orientações gerais para a elaboração de projeto pedagógico dos cursos de graduação adequadas ao novo RGCG/ UFG.

GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás*. Circular/ Prograd/ RGCG/ 025 de 08 de maio de 2003. Sugestões para construção de projeto político-pedagógico dos cursos de graduação da UFG.

GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás*. Pró-reitoria de Graduação. Câmara de Graduação. Resolução/ CEPEC nº 626 de 14/10/2003. Define critérios para a Formação de Professores da UFG.

BRASIL. Lei n. 11.645, promulgada em 10 de março de 2008, que trata da inclusão da temática Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no currículo oficial da rede de ensino (fundamental e médio).

• • •